



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO QUADRIMESTRAL

PROTEÇÃO TERRITORIAL
2º QUADRIMESTRE / 2022

1. INTRODUÇÃO	
A Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) tem como atribuição a proteção das terras indígenas brasileiras, com ênfase na garantia do usufruto exclusivo que o art.231, § 2º, da Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas.	
As ações de monitoramento territorial podem ser de controle, tais como fiscalização e extrusão; ou de prevenção, tais como capacitação em vigilância, sinalização (plaqueamento) e limpeza de limites de terras indígenas, e prevenção de incêndios florestais. Essas ações são subsidiadas por informações obtidas por meio de diagnósticos <i>in loco</i> e de técnicas de sensoriamento remoto.	
A aferição da quantidade de ações executadas foi realizada por meio de Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais (CRs) da Funai, mediante busca realizada na caixa da CGMT no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para o período compreendido de 01 de janeiro de 2022 a 05 de outubro de 2022. Todos os RAEs não computados nos ciclos de monitoramento anteriores foram registrados no Anexo Base de Monitoramento da CGMT (2º Quadri/2022) (SEI nº 4649515).	
Até o 2º Quadrimestre de 2022, 254 terras indígenas foram contempladas com ações de proteção territorial durante o quadriênio 2020-2023, de forma que se atingiu 84,95% da meta da Política Pública de Proteção Territorial de Terras Indígenas (299 terras indígenas) no âmbito do Planejamento Estratégico.	

2. METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS					
2.1 Metas e Indicadores Estratégicos					
NOME DO INDICADOR:	Percentual de Terras Indígenas (TIs) Atendidas				
FÓRMULA DE CÁLCULO:	(TIs Atendidas / Total de TIs) X 100 Sendo o Total de TIs = 747 (SEI nº 3734162) Fórmula de Cálculo: (TIs Atendidas / 747) X 100				
POLARIDADE:	Positiva	PERIODICIDADE DA COLETA:		Quadrimestral	
2019		2020		2021	
Meta Total (2020 a 2023)	Resultado	Meta Total (2020 a 2023)	Resultado	Meta Total (2020 a 2023)	Resultado
299 TIs	não apurado	299 TIs	121 TIs (sem repetição)	299 TIs	94 TIs (sem repetição)
40%	não apurado	40%	16,20%	40%	12,58%
2022					
Meta Total (2020 a 2023)	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Acumulado	
	299 TIs	14 TIs (sem repetição)	25 TIs (sem repetição)	não apurado	254 TIs (sem repetição)
	40%	1,87%	3,35%	não apurado	34,00%
	Data da Última Coleta:	02/11/2022 (SEI nº 4649515)		Fonte da Coleta:	SEI

3. REGIONALIZAÇÃO				
A Tabela 01 apresenta a quantidade de ações por Coordenação Regional, temática, ano e quadrimestre. Importa destacar que o quantitativo leva em consideração as ações contabilizadas por meio dos RAEs (ações efetivamente executadas).				
Tabela 1: Ações de proteção territorial por Coordenação Regional, temática, ano e quadrimestre.				
Rótulos de Linha	Informação	Prevenção	Controle	Total
Alto Purus	0	5	0	5
Ano de 2020	0	2	0	2
3º Quadrimestre / 2020	0	2	0	2
Ano de 2021	0	2	0	2
2º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
3º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
Ano de 2022	0	1	0	1
2º Quadrimestre / 2022	0	1	0	1
Alto Solimões	0	0	1	1
Ano de 2020	0	0	1	1
3º Quadrimestre / 2020	0	0	1	1
Amapá e Norte do Pará	0	14	0	14
Ano de 2020	0	11	0	11
2º Quadrimestre / 2020	0	3	0	3
3º Quadrimestre / 2020	0	8	0	8
Ano de 2021	0	3	0	3
3º Quadrimestre / 2021	0	3	0	3
Araguaia Tocantins	3	51	23	77
Ano de 2020	2	25	17	44
1º Quadrimestre / 2020	1	8	3	12
2º Quadrimestre / 2020	1	11	11	23
3º Quadrimestre / 2020	0	6	3	9
Ano de 2021	1	19	3	23
1º Quadrimestre / 2021	0	5	2	7
2º Quadrimestre / 2021	1	11	1	13
3º Quadrimestre / 2021	0	3	0	3
Ano de 2022	0	7	3	10
1º Quadrimestre / 2022	0	6	0	6
2º Quadrimestre / 2022	0	1	3	4
Baixo São Francisco	1	1	16	18
Ano de 2021	1	1	2	4
1º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
2º Quadrimestre / 2021	1	0	0	1
3º Quadrimestre / 2021	0	0	2	2
Ano de 2022	0	0	14	14
1º Quadrimestre / 2022	0	0	6	6
2º Quadrimestre / 2022	0	0	8	8
Baixo Tocantins	10	6	5	21
Ano de 2020	0	1	0	1
3º Quadrimestre / 2020	0	1	0	1
Ano de 2021	3	4	1	8

Rótulos de Linha	Informação	Prevenção	Controle	Total
2º Quadrimestre / 2021	2	3	1	6
3º Quadrimestre / 2021	1	1	0	2
Ano de 2022	7	1	4	12
2º Quadrimestre	7	1	4	12
Cacoal	0	0	0	0
Campo Grande	0	0	0	0
Centro Leste do Pará	1	29	14	44
Ano de 2020	0	0	1	1
2º Quadrimestre / 2020	0	0	1	1
Ano de 2021	1	14	12	27
1º Quadrimestre / 2021	0	13	12	25
3º Quadrimestre / 2021	1	1	0	2
Ano de 2022	0	15	1	16
1º Quadrimestre / 2022	0	15	0	15
2º Quadrimestre / 2022	0	0	1	1
Chapecó*	*	*	*	*
Cuiabá	6	18	6	30
Ano de 2020	0	15	2	17
2º Quadrimestre / 2020	0	10	1	11
3º Quadrimestre / 2020	0	5	1	6
Ano de 2021	1	0	2	3
2º Quadrimestre / 2021	1	0	2	3
Ano de 2022	5	3	2	10
1º Quadrimestre / 2022	4	0	1	5
2º Quadrimestre / 2022	1	3	1	5
Dourados	0	1	0	1
Ano de 2021	0	1	0	1
3º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
Guajará Mirim	2	36	4	42
Ano de 2020	0	0	4	4
2º Quadrimestre / 2020	0	0	4	4
Ano de 2021	2	36	0	38
2º Quadrimestre / 2021	2	22	0	24
3º Quadrimestre / 2021	0	14	0	14
Guarapuava	1	13	1	15
Ano de 2020	0	4	0	4
3º Quadrimestre / 2020	0	4	0	4
Ano de 2021	0	1	1	2
3º Quadrimestre / 2021	0	1	1	2
Ano de 2022	1	8	0	9
1º Quadrimestre / 2022	1	2	0	3
2º Quadrimestre / 2022	0	6	0	6
Interior Sul	1	4	1	6
Ano de 2020	0	4	1	5
2º Quadrimestre / 2020	0	0	1	1
3º Quadrimestre / 2020	0	4	0	4
Ano de 2021	1	0	0	1
3º Quadrimestre / 2021	1	0	0	1
Ji-Paraná	0	18	28	46
Ano de 2020	0	0	18	18
1º Quadrimestre / 2020	0	0	1	1
2º Quadrimestre / 2020	0	0	13	13
3º Quadrimestre / 2020	0	0	4	4
Ano de 2021	0	15	7	22
1º Quadrimestre / 2021	0	0	1	1
2º Quadrimestre / 2021	0	8	6	14
3º Quadrimestre / 2021	0	7	0	7
Ano de 2022	0	3	3	6
2º Quadrimestre / 2022	0	3	3	6
João Pessoa	6	3	11	20
Ano de 2020	6	0	3	9
1º Quadrimestre / 2020	1	0	0	1
2º Quadrimestre / 2020	3	0	3	6
3º Quadrimestre / 2020	2	0	0	2
Ano de 2021	0	3	3	6
3º Quadrimestre / 2021	0	3	3	6
Ano de 2022	0	0	5	5
1º Quadrimestre / 2022	0	0	2	2
2º Quadrimestre / 2022	0	0	3	3
Juruá	0	0	0	0
Kayapó Sul do Pará	0	3	0	3
Ano de 2021	0	2	0	2
3º Quadrimestre / 2021	0	2	0	2
Ano de 2022	0	1	0	1
2º Quadrimestre / 2022	0	1	0	1
Litoral Sudeste	2	2	0	4
Ano de 2020	0	1	0	1
3º Quadrimestre / 2020	0	1	0	1
Ano de 2021	1	1	0	2
1º Quadrimestre / 2021	1	0	0	1
3º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
Ano de 2022	1	0	0	1
2º Quadrimestre / 2022	1	0	0	1
Litoral Sul	2	13	6	21
Ano de 2020	0	12	4	16
2º Quadrimestre / 2020	0	8	1	9
3º Quadrimestre / 2020	0	4	3	7
Ano de 2021	1	1	1	3
2º Quadrimestre / 2021	1	1	0	2
3º Quadrimestre / 2021	0	0	1	1
Ano de 2022	1	0	1	2
2º Quadrimestre / 2022	1	0	1	2
Madeira	1	51	0	52

Rótulos de Linha	Informação	Prevenção	Controle	Total
Ano de 2020	1	43	0	44
1º Quadrimestre / 2020	0	3	0	3
2º Quadrimestre / 2020	1	21	0	22
3º Quadrimestre / 2020	0	19	0	19
Ano de 2021	0	8	0	8
1º Quadrimestre / 2021	0	6	0	6
2º Quadrimestre / 2021	0	2	0	2
Manaus	5	13	2	20
Ano de 2020	0	10	0	10
1º Quadrimestre / 2020	0	1	0	1
2º Quadrimestre / 2020	0	5	0	5
3º Quadrimestre / 2020	0	4	0	4
Ano de 2021	0	3	0	3
3º Quadrimestre / 2021	0	3	0	3
Ano de 2022	5	0	2	7
1º Quadrimestre / 2022	1	0	0	1
2º Quadrimestre / 2022	4	0	2	6
Maranhão	0	58	8	66
Ano de 2020	0	5	2	7
1º Quadrimestre / 2020	0	0	2	2
2º Quadrimestre / 2020	0	5	0	5
Ano de 2021	0	34	6	40
1º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
2º Quadrimestre / 2021	0	32	0	32
3º Quadrimestre / 2021	0	1	6	7
Ano de 2022	0	19	0	19
1º Quadrimestre / 2022	0	1	0	1
2º Quadrimestre / 2022	0	18	0	18
Médio Purus	1	18	7	26
Ano de 2020	0	0	7	7
2º Quadrimestre / 2020	0	0	7	7
Ano de 2021	1	14	0	15
2º Quadrimestre / 2021	1	9	0	10
3º Quadrimestre / 2021	0	5	0	5
Ano de 2022	0	4	0	4
2º Quadrimestre / 2022	0	4	0	4
Minas Gerais e Espírito Santo	3	6	0	9
Ano de 2020	0	6	0	6
3º Quadrimestre / 2020	0	6	0	6
Ano de 2021	2	0	0	2
3º Quadrimestre / 2021	2	0	0	2
Ano de 2022	1	0	0	1
2º Quadrimestre / 2022	1	0	0	1
Nordeste I	3	19	2	24
Ano de 2020	0	10	0	10
2º Quadrimestre / 2020	0	3	0	3
3º Quadrimestre / 2020	0	7	0	7
Ano de 2021	3	7	0	10
1º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
2º Quadrimestre / 2021	3	0	0	3
3º Quadrimestre / 2021	0	6	0	6
Ano de 2022	0	2	2	4
1º Quadrimestre / 2022	0	2	0	2
2º Quadrimestre / 2022	0	0	2	2
Nordeste II	4	6	4	14
Ano de 2020	4	1	0	5
2º Quadrimestre / 2020	4	1	0	5
Ano de 2021	0	1	4	5
2º Quadrimestre / 2021	0	0	4	4
3º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
Ano de 2022	0	4	0	4
1º Quadrimestre / 2022	0	4	0	4
Noroeste do Mato Grosso	6	8	6	20
Ano de 2020	2	4	5	11
2º Quadrimestre / 2020	2	4	2	8
3º Quadrimestre / 2020	0	0	3	3
Ano de 2021	2	4	0	6
1º Quadrimestre / 2021	0	2	0	2
3º Quadrimestre / 2021	2	2	0	4
Ano de 2022	2	0	1	3
1º Quadrimestre / 2022	1	0	1	2
2º Quadrimestre / 2022	1	0	0	1
Norte do Mato Grosso	0	0	0	0
Passo Fundo	3	11	16	30
Ano de 2020	2	6	4	12
3º Quadrimestre / 2020	2	6	4	12
Ano de 2021	1	0	4	5
2º Quadrimestre / 2021	1	0	0	1
3º Quadrimestre / 2021	0	0	4	4
Ano de 2022	0	5	8	13
2º Quadrimestre / 2022	0	5	8	13
Ponta Porã	1	2	4	7
Ano de 2021	1	2	0	3
2º Quadrimestre / 2021	0	2	0	2
3º Quadrimestre / 2021	1	0	0	1
Ano de 2022	0	0	4	4
1º Quadrimestre / 2022	0	0	2	2
2º Quadrimestre / 2022	0	0	2	2
Ribeirão Cascalheira	2	6	0	8
Ano de 2020	0	3	0	3
1º Quadrimestre / 2020	0	2	0	2
2º Quadrimestre / 2020	0	1	0	1
Ano de 2021	2	1	0	3

Rótulos de Linha	Informação	Prevenção	Controle	Total
1º Quadrimestre / 2021	1	0	0	1
2º Quadrimestre / 2021	1	1	0	2
Ano de 2022	0	2	0	2
1º Quadrimestre / 2022	0	2	0	2
Rio Negro	0	1	7	8
Ano de 2020	0	0	3	3
2º Quadrimestre / 2020	0	0	1	1
3º Quadrimestre / 2020	0	0	2	2
Ano de 2021	0	1	3	4
2º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
3º Quadrimestre / 2021	0	0	3	3
Ano de 2022	0	0	1	1
1º Quadrimestre / 2022	0	0	1	1
Roraima	1	13	3	17
Ano de 2020	1	8	3	12
1º Quadrimestre / 2020	0	2	0	2
2º Quadrimestre / 2020	1	1	1	3
3º Quadrimestre / 2020	0	5	2	7
Ano de 2021	0	2	0	2
3º Quadrimestre / 2021	0	2	0	2
Ano de 2022	0	3	0	3
1º Quadrimestre / 2022	0	3	0	3
Sul da Bahia	6	23	12	41
Ano de 2020	0	22	1	23
2º Quadrimestre / 2020	0	12	0	12
3º Quadrimestre / 2020	0	10	1	11
Ano de 2021	1	1	11	13
1º Quadrimestre / 2021	0	1	0	1
2º Quadrimestre / 2021	0	0	5	5
3º Quadrimestre / 2021	1	0	6	7
Ano de 2022	5	0	0	5
2º Quadrimestre / 2022	5	0	0	5
Tapajós	1	0	1	2
Ano de 2020	1	0	0	1
3º Quadrimestre / 2020	1	0	0	1
Ano de 2022	0	0	1	1
1º Quadrimestre / 2022	0	0	1	1
Vale do Javari	0	0	0	0
Xavante	1	5	1	7
Ano de 2020	1	5	1	7
2º Quadrimestre / 2020	1	5	0	6
3º Quadrimestre / 2020	0	0	1	1
Xingu	1	19	11	31
Ano de 2020	0	7	4	11
2º Quadrimestre / 2020	0	4	1	5
3º Quadrimestre / 2020	0	3	3	6
Ano de 2021	1	2	6	9
1º Quadrimestre / 2021	1	2	0	3
2º Quadrimestre / 2021	0	0	4	4
3º Quadrimestre / 2021	0	0	2	2
Ano de 2022	0	10	1	11
1º Quadrimestre / 2022	0	0	1	1
2º Quadrimestre / 2022	0	10	0	10
Total	74	476	200	750

* A Coordenação Regional "Chapecó", que foi computada no ciclo de monitoramento anterior, trata-se, na verdade, da Coordenação Regional Interior Sul, de forma que os valores foram devidamente computados no presente relatório.

4. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES NÃO MENSURADAS NOS ITENS ANTERIORES

Na Tabela 2, apresentam-se os recursos orçamentários descentralizados mensalmente pela CGMT no 2º Quadrimestre de 2022, bem como a quantidade de ações de proteção territorial planejadas com esses recursos. Assim, constata-se que a CGMT descentralizou R\$ 5.725.538,06 (cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil quinhentos e trinta e oito reais e seis centavos) para a realização de 398 ações de proteção territorial planejadas durante o período em análise. Importa destacar que tais dados provem do acompanhamento das Solicitações de Provisão Orçamentária (SPOs) expedidas pela CGMT, mediante aprovação dos Planos de Trabalho de Proteção Territorial elaborados pelas CRs (ações planejadas). O acompanhamento das SPOs expedidas em 2022 está disponível no Anexo Acompanhamento Orçamentário da CGMT em 2022 (SEI nº 4649734).

Tabela 02: Quantidade de ações planejadas e recursos orçamentários descentralizados pela CGMT no 2º Quadrimestre de 2022.

Meses	Quantidade de Ações Planejadas	Recursos Descentralizados
Mai	77	R\$ 1.746.241,92
Junho	104	R\$ 1.174.912,78
Julho	103	R\$ 850.050,39
Agosto	114	R\$ 1.954.332,97
Total	398	R\$ 5.725.538,06

As evoluções mensais dos recursos orçamentários descentralizados e ações de proteção territorial planejadas, durante o 2º Quadrimestre de 2022, estão exibidas na Figura 1.

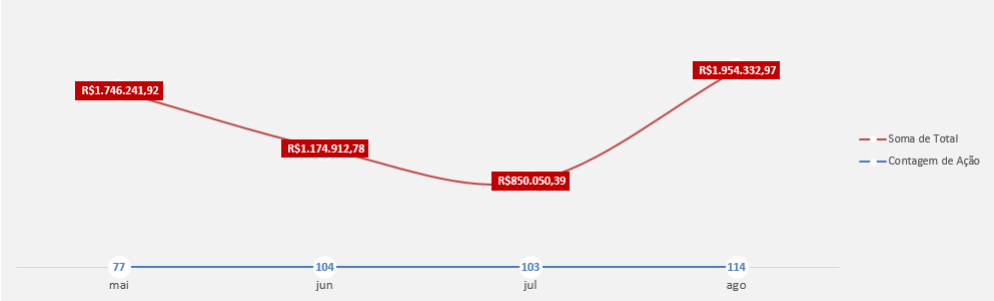


Figura 01: Quantidade de ações planejadas e recursos orçamentários descentralizados pela CGMT no 2º Quadrimestre de 2022.

A Tabela 03 apresenta a quantidade de ações de proteção territorial planejadas no período em comento, distribuídas por mês e por tipo de atividade (Informação, Prevenção e Controle), no 2º Quadrimestre de 2022.

Tabela 03: Distribuição das ações planejadas por mês e por tipo de atividade, no 2º Quadrimestre de 2022.

Meses	Informação	Prevenção	Controle	Outras	Total
-------	------------	-----------	----------	--------	-------

Meses	Informação	Prevenção	Controle	Outras	Total
Maio	7	28	39	3	77
Junho	4	79	19	2	104
Julho	8	57	35	3	103
Agosto	10	71	29	4	114
Total	29	235	122	12	398

A Tabela 04 exibe os recursos orçamentários descentralizados por Unidade da Federação (UF) no 2º Quadrimestre de 2022, conforme dados extraídos do Anexo Acompanhamento Orçamentário da CGMT em 2022 (SEI nº 4649734).

Tabela 04: Recursos orçamentários descentralizados pela CGMT no 2º Quadrimestre de 2022 por Unidade da Federação (UF).

UF	Valor
Acre	R\$ 381.943,01
Alagoas	R\$ 1.537,62
Amapá	R\$ 45.251,71
Amazonas	R\$ 961.560,26
Bahia	R\$ 10.083,21
Ceará	R\$ 12.246,30
Distrito Federal (questões administrativas)	R\$ 1.000.000,00
Espírito Santo	R\$ 0,00
Goiás	R\$ 0,00
Maranhão	R\$ 427.869,19
Mato Grosso	R\$ 1.169.006,53
Mato Grosso do Sul	R\$ 5.857,08
Minas Gerais	R\$ 4.438,92
Pará	R\$ 953.075,63
Paraíba	R\$ 47.811,96
Paraná	R\$ 31.289,50
Pernambuco	R\$ 0,00
Piauí	R\$ 0,00
Rio de Janeiro	R\$ 0,00
Rio Grande do Norte	R\$ 0,00
Rio Grande do Sul	R\$ 32.104,07
Rondônia	R\$ 276.350,33
Roraima	R\$ 0,00
Santa Catarina	R\$ 155.519,24
São Paulo	R\$ 5.093,15
Sergipe	R\$ 0,00
Tocantins	R\$ 204.500,35
Total Geral	R\$ 5.725.538,06

Na Tabela 05, apresenta-se a quantidade de terras indígenas com ações de proteção territorial planejadas no 2º Quadrimestre de 2022, distribuídas por Coordenação Regional. Portanto, no período em análise, foram descentralizados recursos orçamentários para atendimento de 182 terras indígenas.

Tabela 05: Quantidade de TIs atendidas por CR no 2º Quadrimestre de 2022.

CR	Quantidade de TIs Atendidas
Alto Purus	8
Alto Solimões	0
Amapá e Norte do Pará	4
Araguaia Tocantins	10
Baixo São Francisco	1
Baixo Tocantins	10
Cacoal	0
Campo Grande	1
Centro Leste do Pará	13
CFIN (questões administrativas)	0
Cuiabá	11
Dourados	1
Guajará Mirim	2
Guarapuava	2
Interior Sul	2
Ji-Paraná	5
João Pessoa	4
Juruá	1
Kayapó Sul do Pará	16
Litoral Sudeste	1
Litoral Sul	5
Madeira	4
Manaus	11
Maranhão	10
Médio Purus	22
Minas Gerais e Espírito Santo	1
Nordeste I	2
Nordeste II	8
Noroeste do Mato Grosso	2
Norte do Mato Grosso	0
Passo Fundo	3
Ponta Porã	3
Ribeirão Cascalheira	0
Rio Negro	0
Roraima	0
Sul da Bahia	2
Tapajós	2
Vale do Javari	5
Xavante	6
Xingu	4
Total Geral	182

5. ANÁLISE DO RESULTADO

Até o 2º Quadrimestre de 2022, a CGMT atingiu 84,95% (254 terras indígenas) da meta (299 terras indígenas) da Política Pública de Proteção Territorial de Terras Indígenas no âmbito do Planejamento Estratégico, de forma que é recomendável que, em 2023, último ano do atual ciclo de monitoramento, sejam mobilizados esforços no atendimento de terras indígenas ainda não contempladas com ações de proteção territorial e ambiental no atual

ciclo.

Durante o atual ciclo de monitoramento, uma quantidade expressiva de coordenações regionais não realizaram ações de proteção territorial e ambiental ou não apresentaram os respectivos RAEs, conforme extraído da Tabela 1: Cacoal, Campo Grande, Juruá, Norte do Mato Grosso e Vale do Javari. Outras coordenações regionais apresentam um índice considerado baixo (até 5 ações): Alto Purus, Alto Solimões, Dourados, Kayapó Sul do Pará, Litoral Sudeste e Tapajós.

Outro dado que se destaca é o número relativamente baixo de ações de informação territorial, que representa apenas 7,29% (29 ações) do total de ações apoiadas pela CGMT 2º Quadrimestre de 2022 (398 ações), conforme se verifica na Tabela 03. Tal constatação pode ser atribuída ao fato de que o CMR supre em grande parte as necessidades de informações territoriais e ambientais de terras indígenas, como também à classificação equivocada das atividades.

6. PROJETOS	
6.1 Projetos Estratégicos	
Nome do Projeto:	Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas com a Utilização do Centro de Monitoramento Remoto – CMR/Funai
Caracterização do Projeto:	O referido projeto foi aprovado pela Portaria nº 1025/2020/PRES/FUNAI e tem como objetivo: Estabelecer rede de órgãos e de instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do Centro de Monitoramento Remoto – CMR, com a finalidade de gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas detectadas pelo sistema. O CMR foi desenvolvido para possibilitar o acompanhamento diário de ocorrências como desmatamento, degradação, mudança de uso e de ocupação do solo nas terras indígenas. As informações geradas a partir de imagens captadas pelo satélite Landsat-8 são subsídios indispensáveis para o planejamento de ações de proteção territorial e ambiental. O Projeto Estratégico "Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas com a Utilização do Centro de Monitoramento Remoto – CMR/Funai" parte da constatação da inviabilidade de o Poder Público atuar tempestivamente em todos os polígonos de alteração da cobertura vegetal identificados pelo CMR, muito em função das restrições de recursos humanos, orçamentários, materiais e logísticos, principalmente em regiões remotas da Amazônia Legal. Além disso, uma parcela dos polígonos identificados decorre da atuação dos próprios indígenas em suas atividades cotidianas de subsistência, abertura de roçados, criação de novas aldeias, e nem todos os polígonos tem potencial de tornarem-se grandes áreas desmatadas. Assim, o estabelecimento de critérios de priorização de polígonos tem a finalidade de tornar a atuação do Estado mais eficiente e efetiva, além de dar transparência à tomada de decisão. A designação da servidora Camila Pessin Bonassio, que anteriormente estava atuando no projeto mediante sucessivas reedições de Instruções Técnicas Executivas (ITEs), para exercer a Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe do Serviço de Análise – SEAN/COIT/CGMT (Portaria de Pessoal Funai nº 734, de 25 de outubro de 2022) confere maior segurança à continuidade do projeto, já que a servidora passou a compor de fato o quadro de servidores em exercício na CGMT. Ainda assim, a situação da CGMT em matéria de recursos humanos continua crítica (Nup. 08620.002370/2019-12). Atualmente, a CGMT dispõe de 11 servidores, incluindo coordenadores e áreas técnica e administrativa, responsáveis por acompanhar as ações de proteção territorial e ambiental em todas as terras indígenas brasileiras, o equivalente a quase 14% de todo o território nacional. Desse modo, assim como todos os servidores e coordenadores de área da CGMT, a servidora Camila Pessin Bonassio será responsável por acompanhar CRs que lhe serão atribuídas, deixando de atuar exclusivamente no Projeto Estratégico do CMR. Portanto, o incremento da força de trabalho da CGMT, especialmente com servidores com conhecimentos em geotecnologias, é de grande importância para o desenvolvimento do projeto.

7. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
Fonte / Origem	AO	PO	Valor Total	Descentralizado		Empenhado		Liquidado	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento Federal	20UF	0001	R\$ 12.384.502,00	R\$ 8.008.802,00	64,67%	R\$ 7.617.804,00	61,51%	R\$ 3.112.220,00	25,13%
Orçamento Federal (Recurso de Emenda Parlamentar)									
TEDs									
Convênios									
Renda Indígena									
Outras Fontes*									
Total			R\$ 12.384.502,00	R\$ 8.008.802,00	64,67%	R\$ 7.617.804,00	61,51%	R\$ 3.112.220,00	25,13%
Observações:									
7.1 Análise da Execução Orçamentária									
Em termos orçamentários, observa-se que a CGMT, até o fim do 2º Quadrimestre de 2022 (31 de agosto de 2022), aplicou de forma gradativa e proporcional os recursos previstos para o Exercício corrente (R\$ 12.384.502,00), sendo descentralizados 64,67% (R\$ 8.008.802,00) dos recursos após decorridos dois terços do ano (66,67%). Por outro lado, constata-se que as CRs não têm liquidado os recursos orçamentários na mesma proporção que os recebem, uma vez que liquidaram apenas 38,86% (R\$ 3.112.220,00) do montante descentralizado pela CGMT no Exercício (R\$ 8.008.802,00).									

8. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO						
Instrumentos	Total de Instrumentos	Situação (quantitativo)			Valor Total de Recursos (em execução e concluído)	Emenda Parlamentar (% valor total)
		Em preparação	Em execução	Concluído		
Convênio						
TED						
Contrato - Aquisição Direta (doações)						
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio) <i>(considerar apenas contratos nacionais e que atendam com exclusividade a política)</i>						
Transferência Fundo a Fundo						
Acordos de Cooperação	2	0	2	0	€ 8,0 milhões	Não se aplica
Outros						
Total						
Observações:	- Acordo de Cooperação Técnica nº 15/2019 (SEI nº 1343781, Nup. 08620.016819/2018-31) entre a Funai e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama): Programa de Brigadas Federais em Terras Indígenas (BRIFs-I). Não há transferência de recursos financeiros. - Acordo de Cooperação Técnica entre a Funai e o Instituto Internacional de Educação no Brasil – IEB (SEI nº 0791669, Nup. 08620.000794/2017-72): Projeto Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas (Projeto PGSTI), com recursos não reembolsáveis (€ 8,0 milhões) do Governo Alemão por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW).					

9. RISCOS						
Tipo de Risco:	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probabilidade de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco:	
(1) Externo; (2) Operacional; (3) Legal; (4) Financeiro e orçamentário					(1) Aceitar o risco (2) Mitigar o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco	
2	Insuficiência de recursos humanos e distribuição desproporcional da força de trabalho na Funai, tanto nas unidades descentralizadas (SEI nº 3720700) quanto na Sede (SEI nº 4405679). Nesse sentido, enfatiza-se que a efetivação da Política Pública de Proteção Territorial de Terras Indígena é condição necessária para a efetivação das demais políticas públicas a cargo da Funai.	Extrema	Alta	Realizar concurso público para a Funai. Realizar concurso interno de remoção. Recompôr o quadro de servidores da CGMT para padrões mínimos de efetivo funcionamento.	2	
2	Interrupção do funcionamento do CMR.	Extrema	Alta	Buscar apoio da CGTic para manutenção de sistemas computacionais e de infraestrutura do CMR. Buscar apoio financeiro para viabilizar a continuidade do CMR. Buscar parcerias interinstitucionais.	4	
2	Problemas logísticos, operacionais e administrativos relativos à execução finalística das ações de proteção territorial, por parte das unidades descentralizadas.	Alta	Alta	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as unidades descentralizadas. Concentrar/unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços. Capacitar servidores.	2	
2	Ocupação de terras indígenas por não indígenas (intrusadas), violando o usufruto exclusivo previsto no art.231, § 2º, da Constituição Federal de 1988 .	Alta	Alta	Promover articulação interinstitucional a fim de realizar a extrusão de não indígenas após o processo de regularização fundiária.	2	
3	Ausência de regulamentação do Poder de Polícia da Funai (art. 1º, VII, da Lei nº 5.371/1967), limitando sobremaneira a atuação da CGMT em matéria de proteção territorial e ambiental de terras indígenas, uma vez que a unidade frequentemente depende do apoio de órgãos parceiros para cumprir suas atribuições.	Alta	Alta	Promover esforço institucional, em diversos níveis (Alta Gestão e área técnica), no sentido de regulamentar a matéria, que vem sendo tratada nos	2	

				Processos nº 08620.044662/2014-18 e nº 08000.023456/2017-14.	
3	Iniciativas legislativas de alteração do marco legal afeto à situação jurídica das terras indígenas e às competências da Funai.	Alta	Média	Participar de espaços interinstitucionais de concertação. Promover articulação com as casas legislativas com o objetivo de qualificar as iniciativas.	2
4	Insuficiência de recursos financeiros principalmente para ações emergenciais (atividades típicas da CGMT) no final do exercício.	Alta	Média	Incrementar o orçamento anual da CGMT. Identificar e consolidar fontes alternativas de apoio financeiro.	2

Artefato de controles implementados									
Nº	Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle de Risco	Tipo de Controle	Mecanismo de Implementação	Responsável	Prazo	
								Início	Fim
1	Insuficiência de recursos humanos e distribuição desproporcional da força de trabalho na Funai, tanto nas unidades descentralizadas (SEI nº 3720700) quanto na Sede (SEI nº 4405679).	Extremo	Mitigar	Realizar concurso público para a Funai. Realizar concurso interno de remoção. Recompôr o quadro de servidores da CGMT para padrões mínimos de efetivo funcionamento.	Corretivo	Tentativa de remoção da servidora Lígia Rodrigues de Almeida da CR-ATO para a CGMT, indeferida (Nup. 08620.000539/2022-97). Atuação de servidores de unidades descentralizadas na CGMT (força tarefa), mediante ITes. Mobilização de servidores de diversas regiões do país para atuarem em ações de fiscalização. Emprego de colaboradores eventuais em ações de proteção territorial. Edição da Medida Provisória nº 1.121, de 7 de junho de 2022 , que dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.	COIT COPI COFIS CGMT	Mai/2022	Ago/2022
2	Interrupção do funcionamento do CMR.	Extremo	Evitar	Buscar apoio da CGTic para manutenção de sistemas computacionais e de infraestrutura do CMR. Buscar apoio financeiro para viabilizar a continuidade do CMR. Buscar parcerias interinstitucionais.	Preventivo	A manutenção do funcionamento do CMR está judicializada (ACP nº 1012640-89.2020.4.01.3900). Tratativas com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para implementação do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER) no CMR. Elaboração de Termo de Referência para operação do CMR, mediante aporte financeiro do banco alemão KfW.	COIT CGMT PFE	Mai/2022	Ago/2022
3	Problemas logísticos, operacionais e administrativos relativos à execução finalística das ações de proteção territorial, por parte das unidades descentralizadas.	Alto	Mitigar	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as unidades descentralizadas. Concentrar/unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços. Capacitar servidores.	Corretivo	Orientação das unidades descentralizadas naquilo que concerne à proteção territorial e ambiental das terras indígenas.	COIT COPI COFIS CGMT	Mai/2022	Ago/2022
4	Ocupação de terras indígenas por não indígenas (intrusadas).	Alto	Mitigar	Promover articulação interinstitucional a fim de realizar a extrusão de não indígenas após o processo de regularização fundiária.	Corretivo	Articulação interinstitucional para viabilizar ações de fiscalização, em parceria principalmente com a PF, Ibama e FNSP.	COFIS CGMT	Mai/2022	Ago/2022
5	Ausência de regulamentação do Poder de Polícia da Funai (art. 1º, VII, da Lei nº 5.371/1967).	Alto	Mitigar	Promover esforço institucional, em diversos níveis (Alta Gestão e área técnica), no sentido de regulamentar a matéria, que vem sendo tratada nos Processos nº 08620.044662/2014-18 e nº 08000.023456/2017-14.	Corretivo	Impulso processual e tratativas com o MJSP.	COFIS CGMT	Mai/2022	Ago/2022
6	Iniciativas legislativas de alteração do marco legal afeto à situação jurídica das terras indígenas e às competências da Funai.	Alto	Mitigar	Participar de espaços interinstitucionais de concertação. Promover articulação com as casas legislativas com o objetivo de qualificar as iniciativas.	Preventivo	Participação da CGMT no processo seletivo, mediante consulta e orientação da PFE.	CGMT	Mai/2022	Ago/2022
7	Insuficiência de recursos financeiros principalmente para ações emergenciais (atividades típicas da CGMT) no final do exercício.	Alto	Mitigar	Incrementar o orçamento anual da CGMT. Identificar e consolidar fontes alternativas de apoio financeiro.	Preventivo	Adotou-se gestão estratégica dos recursos de forma a atender as ações de proteção territorial, especialmente as ações prioritárias.	CGMT	Mai/2022	Ago/2022

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS
O maior desafio para o monitoramento da Política Pública de Proteção Territorial de Terras Indígenas é a morosidade e a ineficácia do instrumento atualmente empregado, mediante pesquisa de RAEs no SEI, coleta, tabulação, tratamento, análise e interpretação dos dados. Além disso, uma significativa parcela das ações executadas não é documentada pelas unidades descentralizadas em RAEs, subestimando o desempenho da Funai em matéria de proteção territorial e ambiental de terras indígenas. Atribui-se muito dessa falta de registro à generalizada carência de servidores e à sobrecarga de trabalho na Funai como um todo. Portanto, a implementação de um sistema informatizado estruturado em questionários objetivos e padronizados, alimentado diretamente pelas unidades descentralizadas, validação das informações prestadas, e registro automático das informações em banco de dados é condição essencial para o devido acompanhamento da execução da Política Pública de Proteção Territorial de Terras Indígenas.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Campos Martins Marques, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 04/11/2022, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4569257** e o código CRC **E0051CCB**.